

A inserção das mulheres no mercado de trabalho da RMPA, em 2004

Elisabeth Kurtz Marques*
Irene Maria Sassi Galeazzi**
Norma Hermínia Kreling***

Introdução

O ano de 2004, conforme os dados apurados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), mostrou-se positivo para o mercado de trabalho metropolitano quanto à ocupação e ao desemprego. Todavia o rendimento médio real dos ocupados na Região apresentou retração.

O nível ocupacional cresceu 3,0%, e o número médio de ocupados em 2004 alcançou 1.520 mil pessoas, 45 mil a mais do que no ano anterior. Como a geração de ocupações foi superior ao ingresso de indivíduos na População Economicamente Ativa (PEA)¹ (36 mil pessoas), observou-se redução no contingente de desempregados, que passou de 296 mil pessoas em 2003 para 287 mil em 2004. A taxa média anual de desemprego total na RMPA caiu de 16,7% da PEA para 15,9% nesse mesmo período, observando-se retração tanto no desemprego aberto quanto no desemprego oculto.

Tais resultados incidiram sobre toda a força de trabalho, masculina e feminina, sendo que as mulheres obtiveram ganhos proporcionais mais intensos no que se refere ao crescimento ocupacional (4,3% frente aos 2,1% obtidos pela força de trabalho masculina). Contudo, dado o maior incremento da PEA feminina, a taxa de desemprego das mulheres caiu menos que a dos homens em 2004. De fato, a taxa de participação total (PEA/PIA²) da RMPA permaneceu estável em 57,9% da PIA, graças a movimentos opostos das taxas de participação por sexo: verificaram-se pequeno aumento na taxa de participação das mulheres (de 49,1% em 2003 para 49,8% em 2004) e redução entre os homens (de 67,8% para 66,8%). Destaque-se que a taxa de participação feminina observada em 2004 foi a maior registrada na série da PED-RMPA.

O crescimento ocupacional foi resultado, em maior medida, do comportamento dos principais setores de atividade econômica: 18 mil postos de trabalho gerados na indústria de transformação, 15 mil no comércio e 13 mil nos serviços. Para a força de trabalho feminina, pesou principalmente a geração de postos de trabalho no comércio, seguido da indústria e, por último, dos serviços. Para a força de trabalho masculina, os setores responsáveis pela expansão ocupacional foram a indústria, em segundo lugar, o comércio e, com menor expressão, a construção civil.

Segundo a forma de inserção no mercado de trabalho, ocorreu crescimento principalmente do emprego assalariado, tanto no setor privado (47 mil) quanto no setor público (9 mil). No primeiro, embora a elevação

* Psicóloga da FEE.

** Socióloga da FGTAS.

*** Socióloga da FEE.

¹ Parcela da População em Idade Ativa (PIA) que se encontra no mercado de trabalho, na condição de ocupada ou desempregada.

² A PIA abarca toda a população com 10 anos e mais de idade considerada potencialmente apta para o trabalho.

assinalada no contingente de assalariados com carteira de trabalho assinada (32 mil) tenha sido numericamente mais expressiva, cabe destacar o incremento de 11,3% no contingente dos trabalhadores contratados sem carteira assinada (15 mil). Sob a ótica de gênero, essa expansão do assalariamento apresentou algumas configurações especiais. Para as mulheres, o incremento foi proporcionalmente mais intenso no setor público, seguido de perto pelo setor privado, onde o assalariamento sem carteira apresentou um crescimento bastante expressivo (7,8%). Para os homens, o crescimento maior foi no setor privado, sendo que, no contingente sem registro do contrato em carteira, o aumento foi de 13,5%.

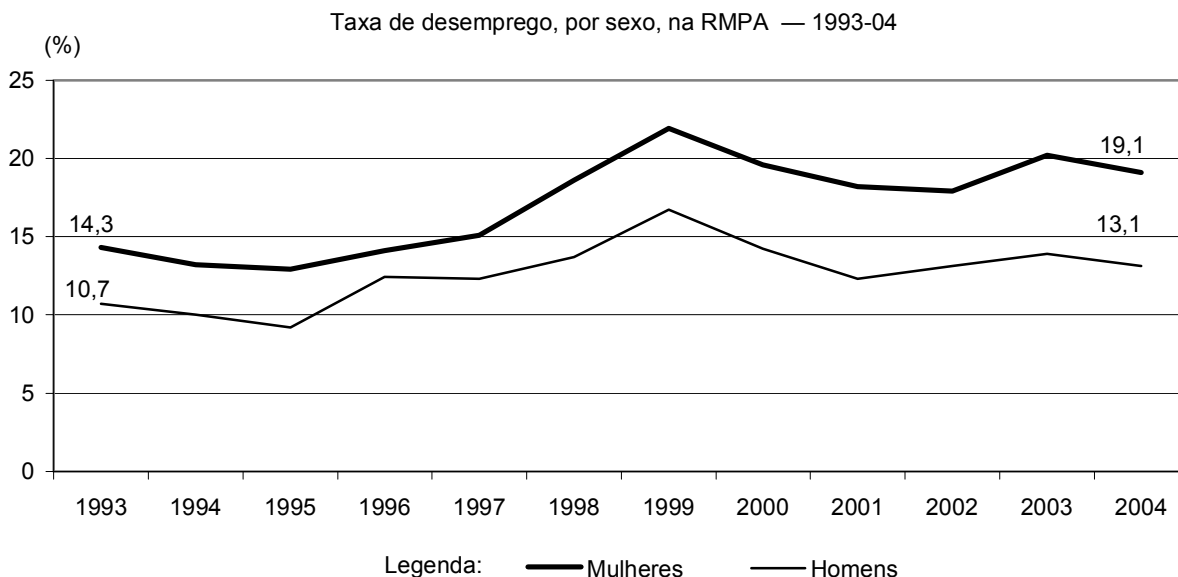
Num movimento desfavorável, o rendimento médio real do total de ocupados, que se refere ao período jan.-nov./04, apresentou uma variação negativa de 0,3%, passando a R\$ 858. Já o salário médio real mostrou variação positiva de 0,7%, assumindo o valor de R\$ 888.

A retração verificada no rendimento médio do conjunto dos ocupados, todavia, atingiu exclusivamente a força de trabalho masculina, uma vez que o rendimento médio das mulheres ocupadas apresentou um crescimento de 2,0%. Com esse movimento, o diferencial de rendimento entre os sexos, embora continue bastante desfavorável para as mulheres, sofreu uma redução em 2004: o rendimento médio real feminino passou a representar 74,6% do rendimento médio real dos homens.

Queda no desemprego é menor para as mulheres em 2004

Em 2004, a taxa de desemprego feminina recuou para 19,1% da PEA na RMPA, frente aos 20,2% observados em 2003 — uma redução de 5,4%. A taxa de desemprego masculina teve queda proporcionalmente maior (-5,8%), passando de 13,9% para 13,1% (Tabelas 2 e 3 do **Anexo Estatístico**).

Gráfico 1



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Esse resultado aprofundou um movimento de ampliação da proporção de mulheres no contingente de desempregados da Região. O número de desempregadas praticamente duplicou durante o período que comporta a série histórica da PED-RMPA (1993-04), passando de 84 mil da PEA para 157 mil mulheres neste último ano. Nesse mesmo período, também os homens sofreram os reveses da falta de emprego, porém em menor proporção: eram 90 mil indivíduos em 1993 e passaram para 130 mil em 2004. Não obstante o número expressivo de homens desempregados, a força de trabalho feminina tem sofrido mais com as adversidades que assolaram o mercado de trabalho nas últimas décadas, constituindo a maioria dos desempregados (em 2004, as mulheres passaram a representar 54,7% do total de desempregados da Região). Esses resultados mostram que as mulheres ainda continuam enfrentando obstáculos para sua inserção laboral, pois, adicionalmente à falta de postos de trabalho originada na conjuntura econômica, ainda vigora, em suas relações com o mundo do trabalho, uma cultura discriminatória, oriunda de uma construção sociocultural tradicional dos papéis atribuídos a homens e mulheres. Outro fator que não pode ser desconsiderado na compreensão dessa realidade é a maciça entrada de mulheres no mercado de trabalho, constatada na evolução da sua taxa de participação nas últimas décadas, o que ampliou a pressão feminina na busca por uma ocupação.

A PEA feminina, em 2004, foi da ordem de 820 mil mulheres, ou seja, 23 mil a mais do que em 2003. Esse acréscimo da força de trabalho feminina não aconteceu na mesma proporção para o contingente de trabalhadores do sexo masculino, que apresentou aumento de 13 mil indivíduos na comparação anual, o que explica parcialmente a queda mais acentuada na taxa de desemprego desse segmento.

Quanto aos tipos de desemprego medidos pela PED-RMPA, observou-se uma queda significativa na taxa de desemprego aberto das mulheres (-6,2%) em 2004 e, em menor medida, na dos homens (-1,2%). Concomitantemente, nesse mesmo período (2003-04), ocorreu queda da taxa de desemprego oculto tanto para o contingente masculino como para o feminino, passando de 5,5% para 4,9% e de 5,7% para 5,5% respectivamente (Tabela 6 do **Anexo Estatístico**).

Outro indicador importante na avaliação das dificuldades em obter uma vaga no mercado de trabalho é o tempo médio gasto na procura por uma ocupação. A série histórica da PED-RMPA tem mostrado que o contingente feminino desempregado despende um tempo superior ao masculino na procura por trabalho. Em 2004, esse indicador sofreu redução de uma semana, para ambos os sexos, frente a 2003, ficando em 46 semanas para as mulheres e em 42 para os homens (Tabela 12 do **Anexo Estatístico**).

Afinando-se a análise do desemprego por sexo, segundo atributos pessoais como idade, escolaridade, posição no domicílio e cor, percebem-se movimentos diferenciados nas taxas de homens e mulheres conforme a variável em questão, ora aprofundando desigualdades, ora atenuando-as.

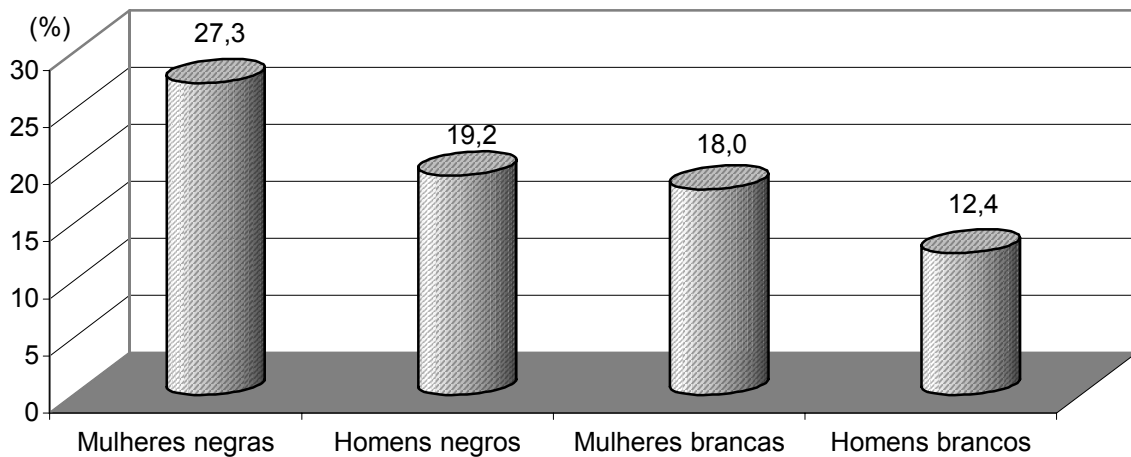
Considerando a idade dos indivíduos, constata-se que o movimento do desemprego, em 2004, só foi mais favorável para as mulheres nas faixas etárias mais jovens. No segmento com idade entre 10 e 17 anos, onde, ao contrário do movimento geral, as taxas de desemprego apresentaram crescimento, este foi mais intenso para o contingente masculino. Entre os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, as taxas de desemprego recuaram para ambos os sexos, mas com maior intensidade para as mulheres. Nas demais faixas etárias, a retração do desemprego foi mais intensa para os homens. Para aqueles com 40 anos e mais, observaram-se quedas importantes em 2004, com variações percentuais de -11,1% para a população masculina e de -9,1% para a feminina, passando a compor taxas de desemprego de 8,0% e 10,0%, respectivamente, em 2004. Aqui vale ressaltar que as taxas de desemprego têm se mantido tanto mais baixas quanto mais elevada a idade dos indivíduos (Tabelas 7, 8 e 9 do **Anexo Estatístico**).

Quanto à escolaridade, o recuo da taxa de desemprego entre as mulheres foi mais intenso para aquelas com escolaridade superior (-16,2%). Frente ao segmento masculino, os benefícios da queda do desemprego só foram mais favoráveis às mulheres do segmento com ensino fundamental completo, no qual a taxa masculina apresentou crescimento (3,7%), enquanto a das mulheres sofreu pequeno recuo (-0,7%). Nas taxas dos indivíduos com ensino fundamental incompleto e médio completo, o recuo foi maior para o segmento masculino (-2,4% e -5,4% no fundamental incompleto e -8,3% e -11,1% no médio completo, respectivamente, para mulheres e homens).

Considerando a posição dos indivíduos no domicílio onde residem, verificou-se que, com exceção da categoria filhos — onde houve redução das taxas apenas para o segmento feminino —, os homens foram os mais beneficiados com o recuo do desemprego. A maior queda foi registrada na taxa do contingente masculino que ocupava a posição de chefe de domicílio, a qual passou de 8,9% para 7,9%, indicando uma variação anual de -11,2%. Para as mulheres-chefe, a taxa reduziu-se menos, passando de 14,5% em 2003 para 13,6% em 2004.

Gráfico 2

Taxa de desemprego, por sexo e cor, na RMPA — 2004

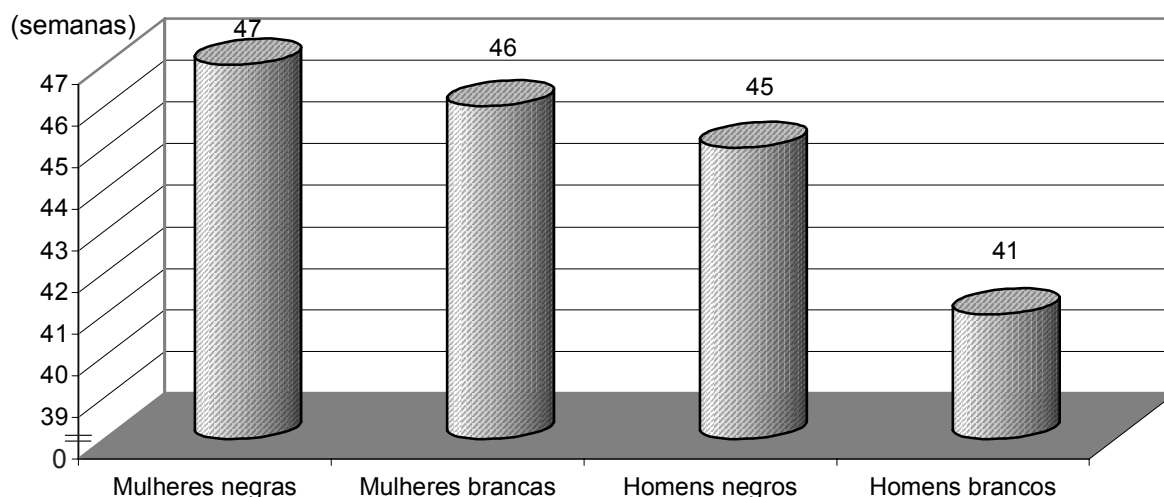


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Relativamente à variável cor, permanece a intensa desigualdade que as mulheres negras enfrentam no mercado de trabalho. São as que mais sofrem com o desemprego, e sua taxa alcançou 27,2% no ano de 2004. Esse contingente feminino manteve o mesmo patamar de desemprego de 2003, enquanto os homens negros tiveram uma redução de 9,9 % na taxa de desemprego, que passou a 19,2% no período em foco.

Gráfico 3

Tempo médio despendido na procura por trabalho, segundo sexo e cor,
na RMPA — 2004



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

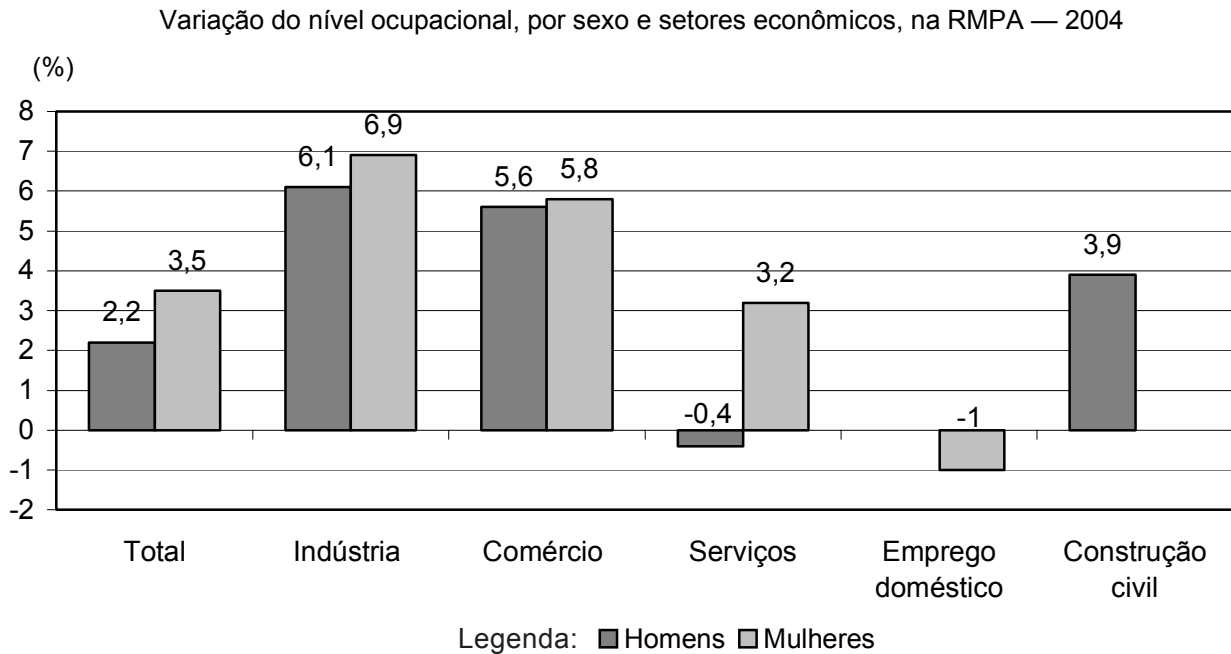
Crescimento da ocupação beneficia mais as mulheres em 2004

No que concerne à incorporação de mulheres no contingente ocupado, observou-se crescimento do nível ocupacional no ano em foco, mantendo a tendência de crescimento iniciada em 1998. Em 2004, foram incorporadas ao conjunto de ocupados 27 mil mulheres, número superior ao de trabalhadores masculinos aí acrescido (18 mil). Como resultado, em 2004, as mulheres ocupadas perfaziam um total de 663 mil pessoas, ao passo que os homens totalizavam 857 mil indivíduos. Não obstante persistir uma maioria de homens na condição de ocupados, o incremento mais expressivo do contingente feminino aproximou a participação relativa de indivíduos de ambos os sexos nessa condição, ampliando a presença feminina de 43,1% do total de ocupados (2003) para 43,6% em 2004 (Tabelas 2 e 3 do **Anexo Estatístico**).

Sob o ângulo da evolução do nível ocupacional por setor de atividade econômica, registrou-se crescimento da ocupação feminina nos principais setores da economia, sendo mais expressivo no comércio (8,7%) e na indústria (6,9%). No setor serviços, o aumento foi menos vigoroso (3,8%), porém suficiente para manter a trajetória ascendente registrada desde o terceiro ano da série. Nos serviços domésticos — atividade tipicamente feminina —, a ocupação das mulheres apresentou estabilidade (Tabelas 12 e 13 do **Anexo Estatístico**).

Para o contingente masculino, as variações do nível ocupacional foram igualmente positivas na indústria (6,1%) e no comércio (5,6%), ainda que com intensidade ligeiramente inferior à do contingente feminino. Também apresentou crescimento a ocupação masculina na construção civil (2,6%). No setor serviços, diferentemente do ocorrido com as mulheres, o contingente masculino ocupado ficou estabilizado.

Gráfico 4

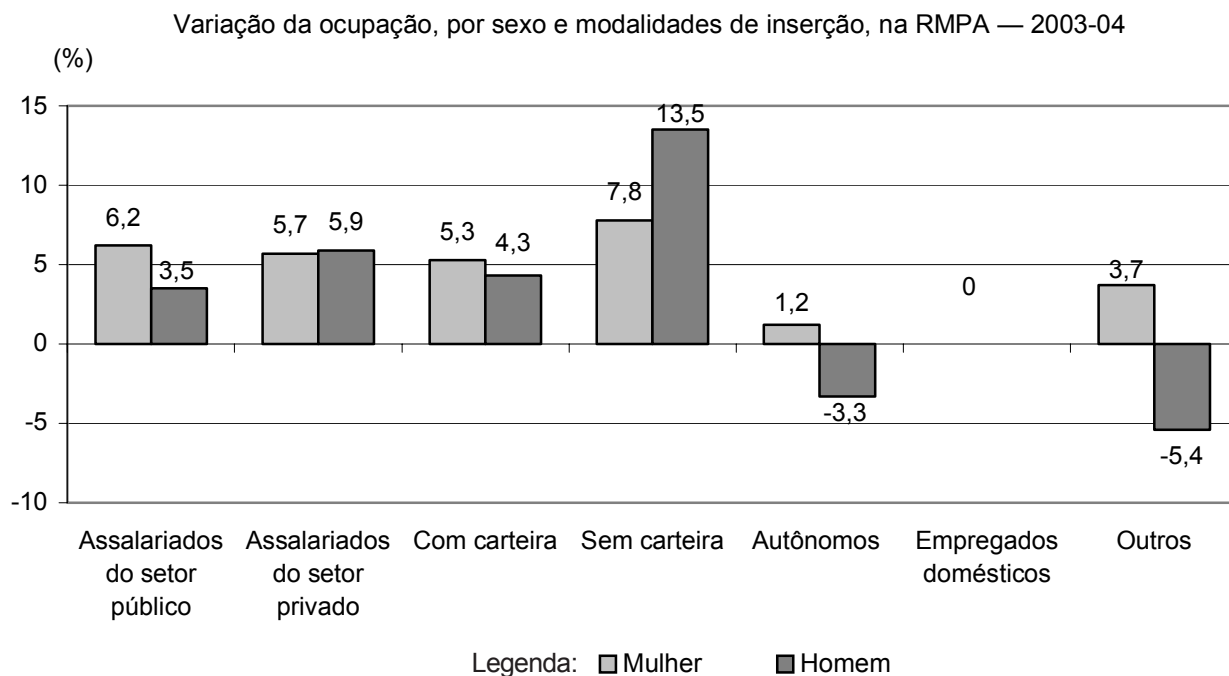


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Considerando a posição na ocupação, em 2004, o incremento ocupacional feminino efetivou-se especialmente pela via do emprego assalariado e, em menor medida, pela do trabalho autônomo. O emprego doméstico manteve-se estável. O crescimento do nível ocupacional foi mais expressivo no emprego assalariado, tanto para as mulheres (5,8%) quanto para os homens (5,6%). No setor privado da economia, esse crescimento foi relativamente semelhante para ambos os sexos, sendo mais intenso no assalariamento sem carteira de trabalho assinada (7,8% para as mulheres e 13,5% para os homens). No setor público, o crescimento ocupacional foi maior para a força de trabalho feminina (6,2%) frente à masculina (3,5%). Constatou-se crescimento do emprego autônomo apenas para as mulheres (2,3%), com queda de 2,7% para os homens (Tabelas 14 e 15 do **Anexo Estatístico**).

No que respeita à jornada média de trabalho semanal, há algumas peculiaridades a ressaltar na comparação por gênero. Entre as mulheres, a jornada média semanal tem sido sempre inferior à dos homens em todos os setores de atividade econômica. Em 2004, considerando o conjunto dos ocupados em cada segmento, a jornada de trabalho permaneceu estável em 40h semanais para as mulheres e em 46h para os homens. Para ambos os segmentos, a jornada média tem sido mais extensa no comércio, sendo que, no ano em análise, recuou em 1h para ambos os segmentos, situando-se em 45h para as mulheres e em 50h para os homens, em 2004 (Tabela 16 do **Anexo Estatístico**).

Gráfico 5



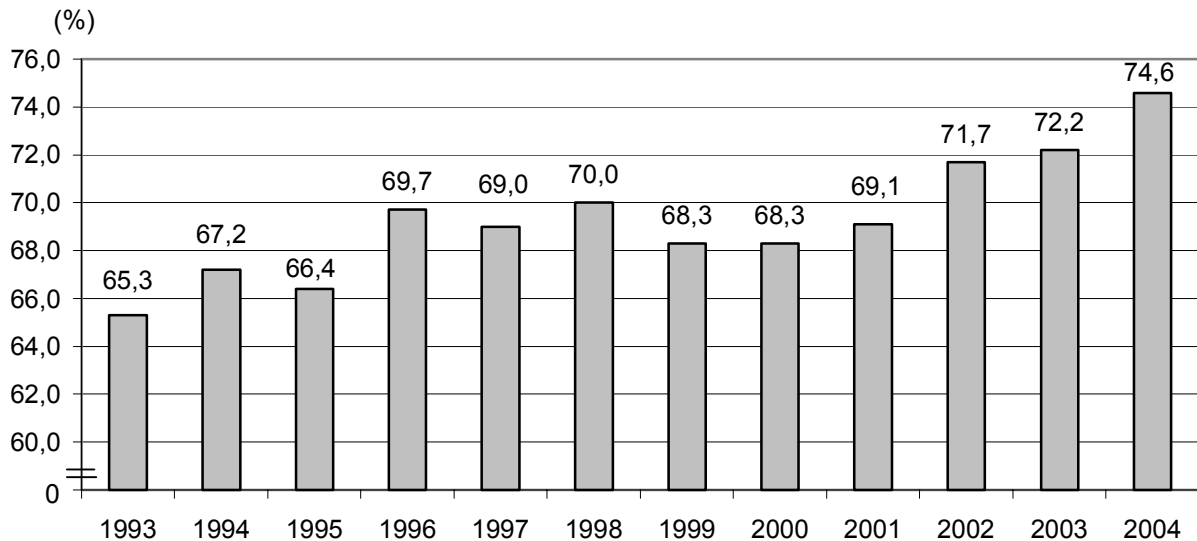
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Movimentos opostos dos rendimentos do trabalho em 2004 diminuem o diferencial de ganhos entre os sexos

Os diferenciais de rendimentos entre os sexos ilustram a maior fragilidade da inserção da força de trabalho feminina na População Economicamente Ativa. Contudo observa-se, ao longo da série dos dados da PED-RMPA, uma visível tendência de diminuição dessa desigualdade: em 1993, as mulheres auferiam rendimentos médios que atingiam apenas 65,3% do rendimento médio masculino, enquanto, em 2004, essa proporção saltou para 74,6%, representando um incremento de 9,3 pontos percentuais em favor das mulheres. No entanto, cabe mencionar que essa redução dos diferenciais de renda se deveu a um movimento menos virtuoso, uma vez que, para esse resultado, pesou mais a redução de 9,4% no rendimento médio dos homens do que o aumento de 3,7% no rendimento médio feminino, verificados no período 1993-04. O ano de 2004 também contribuiu para reduzir essa diferença, tendo em vista que a população feminina ocupada teve um aumento de 2,0% nos seus rendimentos, situando-se em R\$ 723, enquanto a masculina ocupada teve uma redução de 1,4% (R\$ 968) em relação ao ano anterior (Tabela 23 do **Anexo Estatístico**).

Gráfico 6

Proporção do rendimento médio real das mulheres em relação ao rendimento médio real dos homens, na RMPA — 1993-04



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

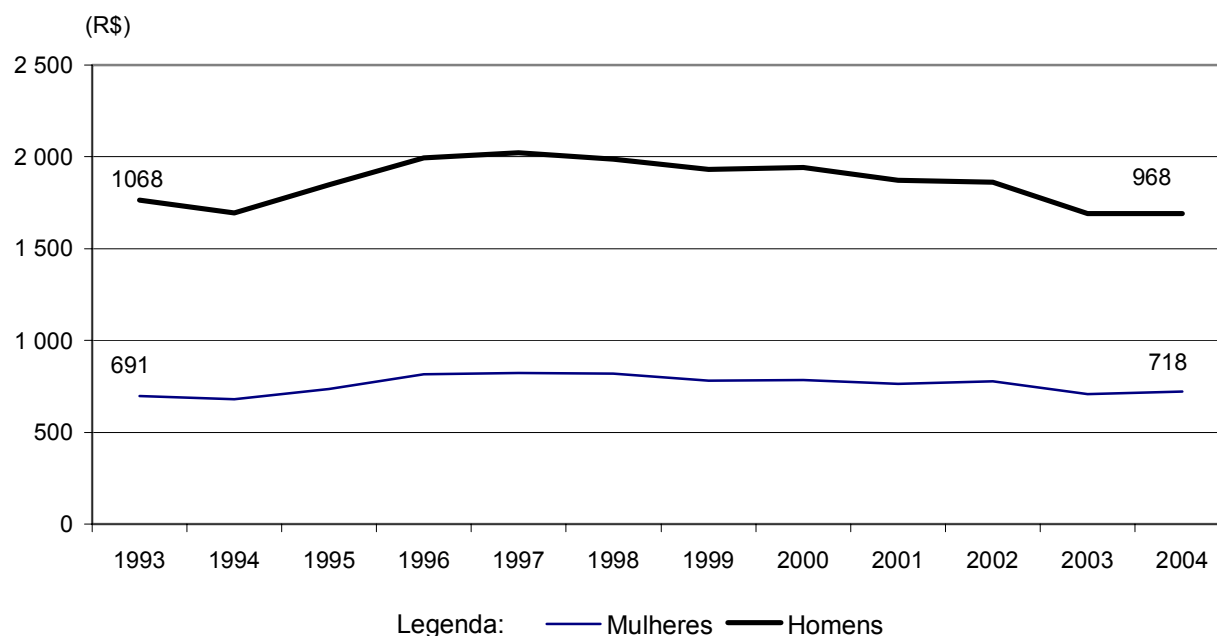
O salário médio real, igualmente, contribuiu para diminuir o diferencial entre os rendimentos femininos e masculinos, uma vez que as mulheres obtiveram, em 2004, um aumento maior (2,6%) do que os dos homens (0,5%). Assim, o salário médio das mulheres situava-se em R\$ 811, representando 85,8% do salário dos homens, que foi de R\$ 945. A menor diferença entre os salários de homens e mulheres, frente à do rendimento dos ocupados, pode ser resultado da maior formalização dos vínculos assalariados e das estruturas de cargos e salários presentes, principalmente no setor público e nas grandes empresas, que garantem maior similitude de ganhos para iguais funções (Tabela 24 do **Anexo Estatístico**).

Contudo esses resultados positivos não excluem a situação de desvantagem que ainda permanece para as mulheres, tendo em vista que a diferença de rendimentos entre os gêneros continua ainda muito elevada, apesar da progressiva inserção de mulheres mais escolarizadas e melhor qualificadas no mercado de trabalho.

O aumento salarial feminino, em 2004, foi resultado do acréscimo das remunerações pagas tanto no setor privado (3,6%) quanto no setor público (1,6%). Para os homens, a elevação salarial ocorreu apenas no setor privado (1,9%), enquanto, no setor público, foi registrada queda de 2,8%. Segundo a regulamentação do contrato de trabalho, constatou-se que, entre as mulheres, a elevação foi maior para as trabalhadoras sem registro em carteira (6,0%) do que para as com registro (3,3%), ao passo que, para os homens, o movimento foi inverso (0,7% e 2,5% respectivamente) — Tabelas 30 e 32 do **Anexo Estatístico**.

Gráfico 7

Rendimento médio real dos ocupados, por sexo, na RMPA — 1993-04



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de set./04.

Analisando-se o salário médio feminino segundo os setores de atividade econômica, verifica-se que, em 2004, o mais alto salário era obtido no setor serviços (R\$ 686), mas, para os homens, o mais alto salário situava-se na indústria (R\$ 920). Dessa forma, é também nesse setor que se observa a maior diferença salarial entre os gêneros, dado que o salário médio da mulher na indústria equivalia a 63,4% do salário do homem. A menor diferença, por seu turno, verifica-se nos serviços, onde o salário feminino representava 81,1% do masculino. Com relação ao setor público, a diferença salarial entre homens e mulheres foi ainda menor, uma vez que elas recebiam, em 2004, 84,1% do salário masculino (Tabelas 29 e 31 do **Anexo Estatístico**).

Segundo quartis de rendimento, observa-se que, em 2004, o maior incremento no rendimento médio real dos ocupados ocorreu para o Grupo 1 — formado pelos 25% dos ocupados com menores rendimentos (4,7% para a força de trabalho feminina e 2,0% para a masculina). Nesse grupo, o rendimento médio feminino representava 72,7% do rendimento médio masculino. As mulheres tiveram crescimento generalizado em todos os grupos, e esse aumento foi tanto maior quanto menor era o rendimento do grupo. Já com relação aos homens, chama atenção o recuo de 2,9% no rendimento médio apresentado no Grupo 4 — formado pelos 25% dos ocupados com maiores rendimentos. Desse modo, o rendimento médio feminino, nesse grupo, representou 77,7% do rendimento masculino em 2004 (Tabelas 25 e 26 do **Anexo Estatístico**).

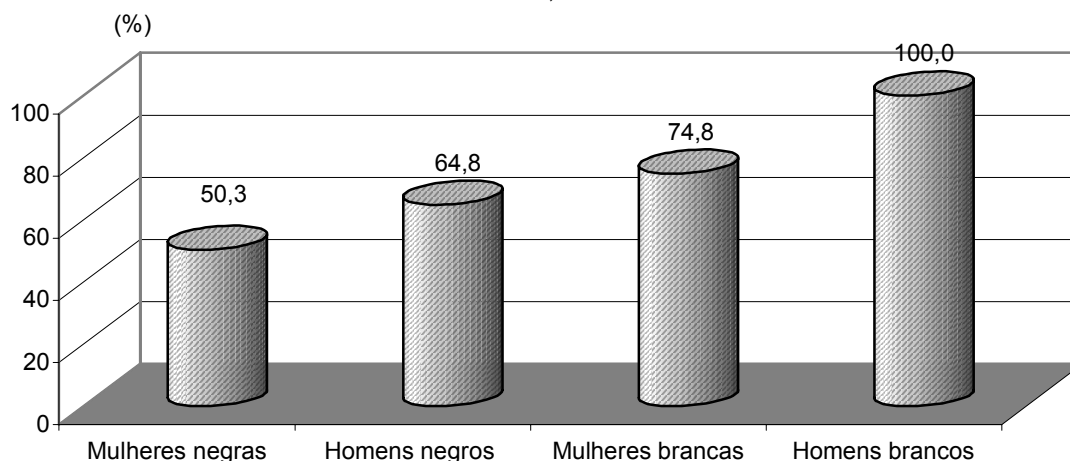
Tendo em vista o nível de instrução, observa-se que, para ambos os sexos, o rendimento/hora médio é tanto maior quanto mais elevado for o nível de escolaridade. Entre os anos de 2003 e 2004, registrou-se decréscimo no rendimento/hora médio apenas para as mulheres com ensino médio completo, enquanto, para os homens, foram constatadas reduções nos dois níveis mais elevados de escolaridade: ensino médio completo

e ensino superior completo. Assim, neste último nível de ensino, diminuiu o diferencial desfavorável às mulheres, uma vez que elas passaram a perceber o equivalente a 82,1% do salário/hora médio recebido pelos homens (Tabelas 33 e 34 do **Anexo Estatístico**).

A desigualdade de rendimentos, desfavorável às mulheres, é ainda mais perversa quando se trata da participação da mulher negra no mercado de trabalho. De fato, segundo os dados da PED-RMPA para 2004, observa-se que as mulheres negras auferiram rendimentos que correspondiam a 67,3% (R\$ 505) dos ganhos das mulheres brancas (R\$ 750). Essa diferença é muito mais expressiva do que aquela verificada entre os rendimentos de homens e mulheres negros (77,7%). Assim, pode-se dizer que a discriminação em relação às mulheres negras é ainda superior à discriminação exercida em relação aos homens negros. Verifica-se também que o próprio homem negro se encontra em posição de desvantagem nos seus rendimentos (R\$ 650), quando comparados com os das mulheres brancas, pois, em 2004, esse trabalhador recebia, em média, um rendimento equivalente a 85,7% do rendimento da mulher branca (Tabela 42 do **Anexo Estatístico**).

Gráfico 8

Proporção do rendimento de mulheres brancas e negras
e de homens negros em relação ao rendimento
dos homens brancos, na RMPA — 2004



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Da mesma forma que o verificado para a população branca, observa-se, para a população negra, uma tendência de redução gradual no diferencial de rendimentos entre os sexos. Em 1993, as mulheres negras recebiam rendimentos que correspondiam a apenas 67,7% dos rendimentos dos homens negros, enquanto, em 2004, essa proporção passou a corresponder a 77,7%. No entanto, na comparação entre mulheres brancas e negras, nota-se que a redução na diferença de rendimentos foi menos expressiva no mesmo período (o diferencial era de 63,8% em 1993 e atingiu 67,3% no último ano).

Como demonstram esses resultados, as mulheres negras constituem o grupo populacional mais vulnerável da População Economicamente Ativa. A inserção ocupacional mais precária dessas mulheres coloca-as em um patamar de rendimentos inferiores aos dos demais segmentos populacionais. Nesse sentido, verifica-se, para a força de trabalho feminina negra, uma situação de dupla vulnerabilidade: enquanto mulher e enquanto negra.